



## Índice

■ Editorial

■ Atividade  
Inspetiva

■ A Voz do Diretor

Algumas notas sobre  
a Formação Pessoal  
e Social

■ A Voz da  
Diretora

A Formação Pessoal  
e Social numa  
escola do 1.º ciclo

■ A Voz da  
Administração

A Formação  
Pessoal e Social  
nas Escolas dos  
2.º e 3.º Ciclos do  
Ensino Básico da  
Região Autónoma  
da Madeira e  
a Construção  
da Democracia  
Participação e  
Valores

■ Sugestão de  
Leitura

## Editorial

Este n.º 4 do Boletim Informativo “IntervIRE”, da iniciativa da Inspeção Regional de Educação, centra-se na formação pessoal e social e na componente de cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social que, face ao novo modelo legal corporizador do currículo dos ensinos básico e secundário, será implementado ao longo de toda a escolaridade obrigatória.

Assim, a componente da Cidadania e Desenvolvimento constitui-se como uma área de trabalho transversal de articulação disciplinar, com abordagem de natureza interdisciplinar, integrando as matrizes de todas as ofertas educativas e formativas.

No 1.º ciclo, essa componente de integração curricular reveste uma natureza transversal e, nos 2.º e 3.º ciclos, as matrizes curriculares integram a componente de Cidadania e Desenvolvimento.

No ensino secundário, de acordo com a opção da escola, poderá ser implementada de diversas formas: a oferta como disciplina autónoma, a prática de coadjuvação no âmbito de



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

uma disciplina, o funcionamento em justaposição com outra disciplina, a abordagem no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos sob coordenação de um dos professores da turma ou grupos de alunos.

Importa valorizar todo o percurso que a Região tendo vindo a desenvolver nas diversas dimensões de educação para a cidadania, com vista à aquisição de competências, numa cultura de democracia crítica, pluralista e no respeito pelos outros, numa resposta e proximidade, que se quer cada vez mais, da escola com a comunidade educativa envolvente, num referencial norteado pela matriz do currículo, do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, da inclusão, da autonomia e flexibilidade curricular no contexto do Sistema Educativo Regional.

Dada a relevância da temática, a mesma será abordada neste boletim informativo e no seguinte.

# Atividade Inspetiva

No primeiro quadrimestre de 2018, a atividade inspetiva centrou-se, mais uma vez, no programa de ação disciplinar e provedoria com uma ocupação de 566 dias de trabalho dos inspetores e dos docentes requisitados a exercer funções inspetivas. O programa de acompanhamento que se subsume na atividade de desenvolvimento das aprendizagens traduziu-se em 91 dias de trabalho dos inspetores junto das escolas. Seguiram-se os programas de estudos, auditoria e controle, o primeiro centrado na formação pessoal e social, o segundo no ensino privado e o terceiro nas condições de funcionamento do ano letivo e na avaliação externa das aprendizagens.



A 13 de abril, no auditório do Centro de Estudos de História do Atlântico, sito à Rua das Mercês, foi a vez de a Professora Ilídia Cabral, da Universidade Católica do Porto, abordar a problemática da Promoção do Sucesso Escolar: o caso do MIPSE (modelo integrado de promoção do sucesso escolar.” Esta sessão, com a sala completamente lotada, teve a presença especial do Professor José Matias Alves, da Universidade Católica.



De realçar a continuação dos Diálogos sobre Educação, no dia 22 de fevereiro, no Auditório da Empresa de Eletricidade da Madeira, sessão esta dinamizada pelo Professor David Rodrigues e que abordou a Educação Inclusiva: educar todos com todos.



Com a presença do Exm.º Senhor Secretário Regional de Educação, e com o auditório completamente cheio, marcaram presença os inspetores de educação, diretores dos estabelecimentos de educação, diretores do 1.º

ciclo do ensino básico, delegados escolares, elementos dos conselhos executivos das escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário e outros técnicos da área da educação.

# Algumas notas sobre a Formação Pessoal e Social



Vítor Gomes

Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de Santo António

Na proposta apresentada para uma abordagem à temática da Formação Pessoal e Social e sua aplicação na Escola, procurámos responder com a(s) experiência(s) e práticas que temos levado a cabo no decorrer dos últimos anos, designadamente após 2012, quando na Região Autónoma da Madeira (RAM) foi decidido destinar uma área curricular para o exercício das temáticas inerentes a esta área.

Neste sentido, será importante contextualizar, abreviadamente, a designação *Formação Pessoal e Social*, a par de *Educação para a Cidadania* ou *Formação Cívica*, enquanto temática e princípio e enquanto área componente da organização curricular.

Assim, há que fazer referência ao facto de a expressão “área de Formação Pessoal e Social” estar já consignada na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de...) e Formação Cívica ter ficado estabelecida como área curricular não disciplinar no Decreto Lei nº 6/2001, capítulo II, artigo 5º, ponto 3 c). Aí se estipulava “*Formação cívica, espaço*

*privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.”*

Em 2011, foi apresentado um documento subordinado ao tema “Educação para a Cidadania – Proposta curricular para o Ensino Básico e Secundário”, que explicitava as três dimensões para as quais remete o conceito de Cidadania: 1 - enquanto princípio de legitimidade política; 2 - como construção identitária; 3- como um conjunto de valores.

A primeira dimensão corresponde à relação entre o indivíduo e o Estado, regulada pelo conjunto de direitos e deveres da Constituição; a segunda refere-se a questões de pertença a uma comunidade, alicerçada em fatores como a história, a língua, a religião, a

cultura; a terceira relaciona-se com valores, atitudes e comportamentos expectáveis do “bom cidadão” e da própria sociedade.

Na RAM, um documento orientador da Direção Regional de Educação definia, na organização curricular e como orientação metodológica, os Projetos Temáticos que podiam ser desenvolvidos nas Escolas abrangendo áreas temáticas como a educação cívica, para a saúde, financeira, para a prevenção de riscos, para o consumo, para o empreendedorismo.

Nesta sequência, destacamos agora a publicação do Despacho nº 288/2016 (DRE-DRIG). No artigo 2.º, no Objeto do diploma, no que se refere ao desenvolvimento da formação pessoal e social, ficou definido que *“Aos estabelecimentos de ensino referidos no Artigo 1.º, é atribuído um crédito global de tempos letivos semanais, por cada ano escolar, para a constituição das estruturas de gestão intermédia, de articulação curricular e de coordenação pedagógica, para a adoção e desenvolvimento de estratégias capazes de dar respostas diferenciadas a todos os alunos, com vista ao seu sucesso educativo, para o desenvolvimento da formação pessoal e social dos alunos e para a aplicação de medidas de complemento e enriquecimento curriculares, não incluindo, este crédito global, os tempos correspondentes à componente não letiva e os decorrentes da aplicação da tabela*

*do Despacho n.º 29/2001, de 17 de 17 de agosto.*

No artigo 4.º é estabelecido o crédito específico para projetos de Formação Pessoal e Social, sendo que no n.º 2 “A gestão do crédito pode ser feita de acordo com as alíneas indicadas no número 1 ou na sua globalidade, desde que não ultrapasse o valor total obtido.” e no artigo 6.º é aberta a possibilidade de Projetos próprios de promoção do sucesso educativo /formação pessoal e social da responsabilidade da Escola: “Os projetos de formação pessoal e social / promoção do sucesso educativo da responsabilidade da escola, aprovados pelos respetivos órgãos competentes e não previstos nos artigos anteriores, são submetidos à autorização conjunta do *Diretor Regional de Educação e de Inovação e Gestão.*”.

Finalmente, e na contextualização pretendida, fazemos alusão ao “Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória”, criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano transato. Nesse documento, no item Visão, onde são integrados os desígnios a atingir pelos alunos, explicitam-se entre outros: que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta; que valorize o respeito pela dignidade humana, pelo exercício da cidadania plena, pela solidariedade para com os outros, pela diversidade cultural

e pelo debate democrático; que rejeite todas as formas de discriminação e de exclusão social.

De igual forma, no item Valores, aponta-se para que os alunos devam desenvolver e pôr em prática no âmbito da Cidadania e Participação os seguintes princípios: demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor; no âmbito da Liberdade, manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

Expostos estes considerandos sobre o que está estabelecido em termos de enquadramento normativo e ao relevo dado à formação pessoal e social para os alunos, abordamos seguidamente a importância e a abertura dada na Região pelo Despacho n.º 288/2016 para que tal objetivo seja atingido. Mesmo que possam ser questionadas as percentagens relativas ao crédito atribuídas nas diversas alíneas, indicamos seguidamente alguns fatores para a sua aplicação e aplicabilidade. Consideramos como fatores favoráveis: o facto de se assumir a Formação Pessoal e Social como parte da estrutura curricular; a margem de opção dada às Escolas na gestão/organização que podem assumir; a opção pelas



Escolas dos projetos a aplicar em função das suas necessidades/ especificidades; a possibilidade de haver professores aplicadores/ dinamizadores.

Como dificuldades apontamos: compatibilizar a aplicação de vários Projetos, com uma sequência de sessões, quando não lecionadas pelo diretor de turma; compatibilizar a necessidade de o diretor de turma intervir junto da sua turma com a sequência dada pelo professor aplicador; ajustar a série de sessões do aplicador nas várias turmas com o respetivo horário ao longo do ano letivo.

Tendo em conta os fatores favoráveis e condicionamentos atrás mencionados, é então fundamental estabelecer prioridades nas opções iniciais. Assim, como exemplo, no presente ano letivo definimos que o Projeto Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos não fosse aplicado no 9º ano. Isto permitiu

libertar a hora de FPS para uma aplicação menos condicionada das Sessões de Orientação Escolar e Vocacional pelo SPO. Simultaneamente, o Projeto Educação para a Sexualidade e Afetos (ESA) está a ser aplicado no 6º e no 9º ano. A não aplicação no 5º e no 7º ano deixou uma maior margem para a intervenção dos diretores de turma com alunos em início de ciclo.

Sendo obviamente um aspeto evidente, gostaríamos de frisar que, na atribuição dos projetos e na escolha dos professores aplicadores, duas condições são fundamentais: o perfil adequado e o interesse demonstrado pelo docente pela área que irá aplicar. Em consequência, poderíamos adiantar como vantagens o reconhecimento e identificação pelos alunos desses professores ao longo dos ciclos, mesmo que não cheguem a ser docentes das suas disciplinas. Os alunos

acabam por referi-los como o professor do “projeto X”, no que poderíamos considerar professores que adquirem uma certa transversalidade num contributo para o enriquecimento das relações professor/ aluno na Escola.

Descrevemos seguidamente os projetos e ações cujo âmbito cabem dentro dos pressupostos e objetivos da formação pessoal, social, da educação para a cidadania e da formação cívica, que repartimos da seguinte forma: A – projetos de acordo com as diretrizes da DRE; B – atividades levadas a efeito pelo diretor de turma na área curricular não disciplinar de FPS; C – atividades/ações em que os alunos participam ou assistem, que se inserem nestas temáticas mas são propostas e/ou dinamizadas pelos grupos disciplinares ou outras estruturas (Estrutura de Formação, Desporto Escolar, Conselho Executivo).

## A – Projetos de acordo com as diretrizes da DRE

Os projetos, que decorrem atualmente na Escola correspondem, na generalidade, aos que temos aplicado nos últimos anos, tendo por base as indicações dadas pela DRE.

A - Na **Formação Pessoal e Social** dos alunos (de acordo com as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 4.º do despacho nº 288/2016, de 13 de julho):

- **Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos** (ESPR), sessões do 5.º ao 8.º ano;
- **Educação para a Sexualidade e Afetos** (ESA), sessões nos 6.º, 8.º e 9.º anos.
- No que diz respeito à **Carta da Convivialidade** e na linha do que dissemos anteriormente, evitando a sobrecarga de sessões de vários projetos na hora de FPS, este projeto não tem um professor aplicador. Os diretores de turma recorrem ao material disponibilizado pela Equipa do projeto para aplicar à sua turma em função das especificidades e necessidades (nível etário, assunto, nível de ensino). Os objetivos da Carta da Convivialidade: “Por forma a concretizar estas intenções, a Carta da Convivialidade Escolar pretende implementar grupos de trabalho nas escolas que, por sua vez, virão a dinamizar as estratégias necessárias à diminuição da indisciplina, do bullying, da violência e de outros fenómenos que lhe estão associados.”- estes objectivos são exercidos no âmbito da “Equipa de Promoção da Disciplina” que a Escola constituiu na vertente da mediação de conflitos ou no acompanhamento e orientação de alunos no refeitório, local de grande confluência.

Relativamente ao **ponto 2** das diretrizes da DRE, “**Projetos de enriquecimento e complemento curricular**, do n.º 1 do artigo 4.º do despacho nº 288/2016, de 13 de julho) e na **Área de Educação e Desenvolvimento Sustentável**, temos o **Eco-Escolas** cuja coordenadora procura junto de determinadas turmas e grupos disciplinares, intervenientes diretos para as atividades e ações previstas neste projeto em conjugação com o previsto nos planos de atividades



didático-pedagógicas dos grupos (por exemplo, Ciências ou Físico-Química) ou nos Planos Anuais de Turma.

Na **Área da Paz, dos Direitos Humanos e Inclusão**, aplicamos um projeto de **Direitos Humanos** à semelhança do Eco-escolas.

Na **Área de Aprendizagem Intercultural**, temos um conjunto de projetos:

- o **Báú de Leitura** e o **Ler com Amor** que trabalham em articulação com os grupos de Português de 2º e 3º Ciclos;
- o **Agente X** que da mesma forma articula com os grupos de Matemática;
- o **Plano Regional de Educação Rodoviária** (PRER), cujo desenvolvimento é feito com algumas turmas, articula com o Núcleo de Desporto Escolar MDO na vertente da Orientação. Procura-se que em anos consecutivos as turmas abrangidas sejam diferentes.
- Finalmente, nesta Área temos ainda o **Educamedia - Educação para os Media** cujo desenvolvimento se insere no plano de atividades da Equipa TIC das quais destacamos a TV Santo António.

### B – Atividades/ações levadas a efeito pelo diretor de turma na área curricular não disciplinar de FPS

Neste conjunto, destacamos as temáticas mais abordadas ao longo dos anos que incidem principalmente em alguns domínios dos quais damos exemplos de alguns dos temas. Nas **Relações Interpessoais** as “regras de convivência/civismo”, “situações de conflito/violência”, “gestão e conflitos”, “assertividade”. Na **Educação para a Saúde** as “drogas e o tabagismo /malefícios para a saúde”, “primeiros socorros” e “suporte básico de vida”, “medidas preventivas do Dengue”, “gravidez na adolescência”. No âmbito da **Educação para a Cidadania** e nos **Direitos Humanos** abordagens aos valores da democracia, ao racismo, à igualdade do género e em estreita ligação com o Clube Europeu, intervenções relacionadas com a Europa dos cidadãos e com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Ainda em colaboração com organismos oficiais, intervenções sobre a **Segurança na Internet** e sobre a **Educação para o Consumo**.



**C – Atividades/ações em que os alunos participam ou assistem, propostas e/ou dinamizadas pelos grupos disciplinares ou outras estruturas (Comissão de Formação, Desporto Escolar, Conselho Executivo)**

Ao assinalarmos este conjunto, cujas actividades são propostas e/ou dinamizadas pelos grupos disciplinares ou outras estruturas (Comissão de Formação, Desporto Escolar, Conselho Executivo), procuramos exemplificar outros caminhos para se poderem alcançar os intuitos da formação que se pretende proporcionar aos alunos. Assim, a partir de conteúdos programáticos das disciplinas e numa forma de estabelecer pontes com as aprendizagens adquiridas, consideramos as palestras de organismos e entidades convidadas para abordar determinados assuntos, como um elemento a adicionar à formação pessoal e social do aluno, mesmo que não aplicada no tempo dessa área curricular não disciplinar. Exemplificamos com as abordagens da Educação para a Saúde, temática do 6.º e 9.º anos das disciplinas de Ciências, feitas por profissionais da saúde que se deslocam à Escola, sendo algumas dessas colaborações feitas no âmbito da parceria com o Centro de Saúde de Santo António, membro do Conselho da Comunidade Educativa. Neste contexto, também se enquadram as palestras de técnicos da Direção Regional de Florestas em complemento dos conteúdos

de Ambiente do 5.º e 9.º anos. Estes momentos, mais do que a “aula” propriamente dita dos conteúdos da disciplina, permitem alicerçar aprendizagens e ter um olhar para lá da instituição escolar.

Referimos ainda uma iniciativa da Escola destinada aos alunos que estão a concluir o ensino básico, 9º ano e Cursos de Educação e Formação, com a vinda de ex-alunos à Escola, que estejam a frequentar ou tenham concluído o ensino superior, ou que, não o tendo feito, estejam já a exercer atividade profissional. A comunicação estabelecida com as turmas que estão a concluir o 3º Ciclo assenta em três aspetos: as memórias da nossa Escola; as opções tomadas, com as dúvidas e dificuldades, quando saíram para o ensino secundário; o que estão a desempenhar no momento.

Em conclusão, o conjunto de iniciativas que aqui apresentámos, e que temos tomado ao longo dos anos, procuram mostrar a forma como a Escola tem respondido ao desafio de proporcionar aos nossos alunos bases para uma formação pessoal e social que lhes permita assumir valores de cidadania.





# A Formação Pessoal e Social numa escola do 1.º ciclo

A EB1/PE da Vargem, situada na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos, conta com mais de trinta anos de existência. Com base na Portaria n.º 110/2002, de 14 de agosto, passou a funcionar em regime de Tempo Inteiro em 2003.

Outrora acolheu mais de duas centenas de crianças. Hoje, aqui frequentam pouco menos de noventa. Um decréscimo considerável como consequência da diminuição da taxa de natalidade.

“Perderam-se” alunos e professores, mas a escola continua a manter abertas as suas portas e a manter a vontade de enriquecer as aprendizagens dos seus alunos.

Como em todas as escolas, aqui desenvolvem-se projetos e atividades, alguns coordenados pela Direção Regional de Educação e abraçados pela escola, outros criados pela escola para operacionalizar o seu Projeto Educativo.

No âmbito da sua autonomia pedagógica, a escola criou diversos Clubes promotores da concretização de alguns objetivos e metas definidos no seu PE.

***“Os movimentos pedagógicos e as equipas pedagógicas mais empenhadas nunca esperaram, para refletir e inovar, que estivessem reunidas condições ótimas (...) Aos indecisos e aos indiferentes as ambiguidades do poder oferecem um magnífico alibi.”***

***(Perrenoud, 2000)***

O Clube “Aprendo ao meu ritmo” surge da necessidade de atender, não apenas aos alunos que revelam ritmos de aprendizagem mais lentos, mas também àqueles que apresentam um nível de aprendizagem elevado. Surge ainda da premência de desconstruir a ideia de ensinar o mesmo a todos, ao mesmo ritmo e no mesmo espaço.

Neste Clube, os alunos são livres de escolher os assuntos que querem explorar e a metodologia a utilizar. Muitos dos temas tratados não estão contemplados nos programas curriculares, mas o interesse e a curiosidade das crianças prevalecem.



Cláudia Henriques  
EB1/PE da Vargem

O professor assume somente o papel de tutor, orientando os alunos nas suas descobertas e nas suas criações, permitindo que sejam autónomos, autocríticos e responsáveis.

Leonardo da Vinci, James Whistler, La Fontaine, a origem dos números, a chegada do Homem à Lua e a constituição e funcionamento do cérebro são alguns exemplos de temas abordados neste Clube.

Fazem-se pesquisas na Internet, em livros e em enciclopédias. Criam-se apresentações com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação, elaboram-se cartazes e desenhos e os cadernos, esses, ficam guardados nos armários.

No final de cada sequência de aprendizagem, os alunos avaliam o seu desempenho, destacam os aspetos mais positivos e os menos positivos, assim como apresentam sugestões de melhoria da sua performance e de outros temas a explorar.

***“Dentro da situação de jogo, onde é impossível uma atitude passiva, e a motivação é grande, notamos que, ao mesmo tempo em que esses alunos falam matemática, apresentam também um melhor desempenho e atitudes mais positivas frente a seus processos de aprendizagem”.***

**Borin (1996)**



No 1.º e 2.º anos, usam-se, entre outros, baralhos de cartas, lotos e dominós para explorar a adição, a subtração e a sequência numérica.

a partir de material reutilizável e de dinamizar um workshop para todas as turmas da escola, incluindo as de pré-escolar.



No Clube da Matemática, desenvolve-se o raciocínio matemático com recurso ao jogo, aliando-se a vertente lúdica à aprendizagem.

No 3.º e 4.º anos, os jogos de tabuleiro como “O semáforo”, “Cães e gatos” e “Rastros” são frequentes e uma boa preparação para participar no Campeonato Regional de Jogos

Matemáticos. Realizam-se ainda jogos como “Batalha naval” e “Cobre e descobre”. Resolvem-se quizzes e puzzles digitais.

No próximo período letivo, o desafio é que os alunos do 4.º ano sejam capazes de criar jogos

***“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”***

**(Paulo Freire)**

A promoção de atividades de pesquisa e de descoberta no Clube “Nós e o Mundo”, que se estende a todas as turmas do 1.º Ciclo, aguça a curiosidade dos mais novos, desperta-lhes a vontade de viajar e eleva os seus saberes a outros patamares.



Nesta era da globalização, faz todo o sentido enriquecer a cultura geral dos alunos, tornando-os conhecedores, em primeiro lugar, da realidade local e regional, possibilitando-lhes assim o conhecimento da sua identidade e diferenciação cultural. Por outro lado, e, em segundo lugar, permitir aos alunos um maior conhecimento do Mundo em que vivemos, tornando-os capazes de conhecer e compreender a pluralidade de países, de povos e de culturas, numa perspetiva de integração global para que, deste modo, sintam que são cidadãos não apenas do país onde vivem, mas também do Mundo onde vivem.

Em anos transatos, neste Clube, os alunos “viajaram” pelo nosso arquipélago e pelo nosso país, pela Europa e pela Ásia. Este ano, o destino é África.

O visionamento de vídeos, as pesquisas, os desenhos, as pinturas de monumentos e de bandeiras, bem como a construção de máscaras e de globos são algumas das estratégias promovidas.

Em cada sessão, enchem-se as “bagagens” de cada criança com novas descobertas, incentivando-as ao respeito pela diversidade humana e cultural.

***“Se eu soubesse que o mundo acabaria amanhã, plantaria uma árvore hoje.”***

***(Martin Luther King)***

Com o intuito de sensibilizar os alunos para a preservação do Meio Ambiente, aborda-se, no Clube do Ambiente, temas como: Resíduos, Água, Biodiversidade e Agricultura Biológica.

Há sempre espaço para o diálogo e para o debate, para a observação de imagens, para as pesquisas simples orientadas na Internet, para as sopas de letras, para as pinturas de desenhos e para as visitas à horta da escola.

Existem as denominadas brigadas “Eco Vigilância”, em que se monitoriza o consumo de energia eléctrica e da água, verificando-se também se a escola se encontra limpa e se é realizada a separação dos lixos nos ecopontos respetivos.

Todos estes Clubes, desenvolvidos nas Atividades de Enriquecimento Curricular, procuram valorizar a dimensão lúdica e o enriquecimento cívico e cultural dos alunos, evitando assim a escolarização dos seus conteúdos.

Com a sua criação, pretende-se abranger diferentes áreas de competências para que as crianças se sintam capazes de abraçar o Futuro que as espera.

# A Formação Pessoal e Social nas Escolas dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico da Região Autónoma da Madeira e a Construção da Democracia Participação e Valores

**“Torna-te aquilo que és”**

Píndaro

## Introdução

“Nascemos humanos, mas isso não basta: também temos de chegar a sê-lo” diz Savater (2006, p. 29), ao demarcar a identidade da natureza humana da natureza animal. O homem é um ser sempre incompleto, sempre jovem, eternamente infantilizado – antropologicamente, o processo define-se por neotenia -, por contraponto aos restantes animais que com ele coabitam e que precocemente se desenvolvem e adquirem a maturidade.



Bernardo Valério

Diretor de Serviços de Investigação, Formação e Inovação Educativa da Direção Regional de Educação

Porém, na sua singularidade, as capacidades, recursos, conhecimentos, mas também a constatação dos erros e da ignorância dos seres humanos vão-se constantemente alargando, porque, através da memória e da sociabilidade, as pessoas aprendem e ensinam -se e fazem coisas com e para os outros. E são essas inter-relações e interações intersubjetivas constantes e intencionais, através de processos informais e formais com os nossos semelhantes, que nos colocam a necessidade perpétua da educação para o dever de nos tornarmos mais humanos, de darmos significados às nossas vidas e assim realizar o grande desafio lançado ao homem pelo poeta grego Píndaro: “torna-te aquilo que és”.

O tornar-se humano é, então, uma demanda pela sempre eterna caminhada, antropologicamente realizada nas (con)vivências da contextualização social e sucessivamente legada, pela roda giratória e incessante do tempo que corre de modo incansável, tocada, fugazmente, pelas mãos de cada presente e do contínuo devir. É uma prova por estafetas em que os anões do presente (nós), por bênção ou maldição, nos empoleiramos nos ombros dos gigantes do passado. E porque cavalgamos nos gigantes, *“vemos mais e mais longe do que eles, não porque a nossa vista seja mais aguda ou a nossa estatura maior, mas porque eles nos ergueram no ar e nos elevam com toda a sua altura gigantesca”* (frase atribuída a Bernardo de Chartres, filósofo francês do século XII, citada por Le Goff, (1983, p. 18).

O caminho da Humanidade é o mesmo caminho da educação. E este caminho não é apenas percorrido com as aprendizagens dos saberes acumulados – da cultura humana –, mas também, e sobretudo, por tudo o que aprendemos e fazemos na reflexão, partilha, ação e relação *de/entre* uns com os outros. Participamos...caminhamos. Educamo-nos participando, com iguais inteligências, sujeitos que aprendem porque têm vontade(s) de que essa caminhada se faça em comum, com regras construídas em comum, resultantes da argumentação dialógica, para poderem ser moralmente assumidas por todos, numa democracia vivida, livre e solidária, *“crítica e parcial, contribuindo para que a escola eduque de modo a que todos ganhem, não apenas a sua vida, mas sobretudo a vida dos outros”* (Estêvão, 2013, p. 34), sem deixar ninguém para trás.

A educação, vemo-la como um processo que tem no seu sangue a participação individual e livre de cada aprendiz e a participação social de todos os que nela estão implicados. Tradicionalmente, a sociedade delegou à escola esta tarefa de ajudar as famílias a educarem os mais novos a viverem em sociedade.

Porém, o tipo de sociedade que almejamos depende muito da forma como a escola se organiza, das relações que promove, das experiências que concretiza e das (in) justiça que faz ou que permite que se façam.

Os alunos cada vez passam mais tempo da sua vida na escola – muitos realizam aí a terça parte da sua existência terrena – e, assim, veem adiada a assunção da cidadania, vivida na sua plenitude. É nesses cidadãos que a sociedade deposita as desejadas e renovadas esperanças de um mundo melhor. É também nessas crianças, adolescentes e adultos que a sociedade portuguesa, através da educação, deposita o presente e o futuro da nossa jovem democracia (consagrada na Lei de Bases) que, de tão baça, amorfa, passiva e em agonia, nos faz esquecer que tem apenas quarenta anos. Vejam-se os últimos dados da abstenção nas eleições para a Assembleia da República: 41.93%.

É claro que a sociedade quando critica e confronta a escola, adota uma dicotomia discursiva criadora de ambiguidades do tipo “querer sol na eira e chuva no nabal”: por um lado, exige-lhe que eduque e se eduque para um perfil de aluno que à saída da escolaridade obrigatória se posicione numa democracia que se pretende regenerar, através de práticas participativas emancipatórias, assentes numa abordagem deliberativa e comunicativa no espaço público, portadoras de uma ética de esperança redentora de uma sociedade que se deseja mais comunitária ou globalizada, mais justa, igual e fraterna; por outro lado, a mesma sociedade, a pretexto de imperativos de crescimento económico e competitividade, parametrizados

pela eficiência, eficácia e qualidade, valores do mercado, proclama uma retórica discursiva, em que a pragmática, pretensamente consensualista, nega a discussão, o dissenso e confrontação pluralista.

Pretende-se uma escola que seja entendida como uma organização eminentemente democrática nos seus princípios norteadores, quer ao nível dos seus processos e dinâmicas, quer, obviamente, ao nível das práticas que ocorrem no seu seio, sabendo que há vários modelos de democracia que realçam e potenciam de forma diferenciada os valores democráticos, entre os quais a participação e os direitos.

Neste alinhamento teórico, Carlos Estêvão (2004) apresenta-nos, metaforicamente, a escola como um políptico multidimensional:

*um “lugar de vários mundos”, lugar de várias racionalidades, ora mais domésticas e cívicas, ora mais empresariais ou mercantis, por exemplo. A prevalência de cada uma destas racionalidades na ordem escolar decorre da aceitação de princípios ou de referenciais ético-políticos que organizam a nossa vida coletiva.*

Deste modo, a aceitação mais pacífica ou mais conflituosa destes referenciais tem consequências na formulação dos modelos organizativos das escolas, nas práticas que aí ocorrem (pedagógicas, avaliativas, disciplinares e convencionais) e,

também, nas questões de justiça e ética escolares, opções pelas ofertas formativas dos alunos, nas aberturas às possibilidades de participação dos diversos atores escolares ou, até, em sentido mais amplo, no sentido em que se posiciona: de transmissão e continuidade social, ou por oposição, de uma forma crítica, confrontadora e de transformação social.



## 2 - O Projeto de Formação Pessoal nas escolas da Região Autónoma da Madeira - a democracia, a participação e os valores

*“Se quisermos ser livres, ninguém deve poder dizer-nos o que devemos pensar” (Castoriadis).*

A importância central da *educação para a cidadania* é determinada pelas necessidades, desafios e inquietações que a Humanidade enfrenta em cada tempo. E isto já assim o é, desde o “nascimento” da cidadania, na Antiga Grécia, quando Aristóteles definiu o cidadão como aquele que tinha o dever de participar na governação da cidade, cabendo à “escola” educá-lo para que combinasse, de forma integral e harmoniosa, o bom desempenho físico, intelectual, oratório, estético e artístico, qualificações necessárias ao exercício do dever cívico a que todos seriam chamados. O governo da cidade, através do exercício das magistraturas, era um direito e uma responsabilidade de cada um e de todos.

Hoje, a necessidade da Educação Cívica nas escolas ressurgiu, podemos afirmá-lo, por razões de carácter positivo, por ser o fruto de um pensamento que se sustenta na reflexão sobre a sociedade em que vivemos e queremos viver.

E, numa economia globalizada, em que o mercado é extremamente volátil, em que os bens que se produzem são suplantados por outros de uma forma muito rápida, em que o mundo empresarial precisa de constantemente se reinventar, também o mundo das profissões deixou de assentar na ideia de uma profissão para a vida e, também a educação precisa de acompanhar o tempo económico e o tempo social. Não pode mais facultar a um aluno/cidadão, para toda a vida, competências pessoais e profissionais para um determinado desempenho profissional. Hoje, na *“modernidade líquida”*, no capitalismo *flexível*, qualquer cidadão terá que viver num presente e num futuro em que desempenhará em média quatro ou cinco profissões na vida. Por isso, o nosso modelo de ensino precisa de se alterar. Ele começa por ser muito abrangente nos primeiros ciclos e depois vai-se especializando, até desembocar, por exemplo, num curso superior, em que se adquirem capacitação sobre uma única área. Ora, as profissões “especialistas” estão a ser suplantadas pela programação e pela robótica (casos da mecânica, da venda de serviços, de condução de viaturas - já existem carros que não precisam de condutores -, entre muitos outros exemplos). O ensino deverá, assim, preparar-se para que o cidadão, ao longo da vida, possa frequentar três ou quatro cursos, mais curtos e que fomentem capacitações mais gerais.

Aliás, para o século XXI, aponta-se para um cidadão que não tenha conhecimentos enciclopedistas – para isso, existem os motores de busca da internet – mas que saiba pensar, seja criativo e crítico e, sobretudo, saiba comunicar e viver em sociedade.

Também o mundo político se alterou. A certeza de um mundo seguro em que o Estado Nação provinha à segurança e ao bem - estar físico, económico e social das pessoas, desde o nascimento e até ao fim da vida (levou alguns a falar em fim da História, porque parecia que seria o fim dos conflitos), eclipsou-se e hoje temos um mundo da incerteza em que empresas multinacionais financeiras desterritorializadas dominam os Governos, movendo-se de região para região à procura das melhores oportunidades (menos impostos, trabalho mais barato, maiores incentivos locais), especulando sobre o tecido económico e provocando colapsos sociais e financeiros nos países – veja-se a crise financeira mundial, a partir de 2008, que nos atingiu de forma tão aguda e que nos colocou nas “mãos da troika”, por termos contraído uma dívida que marca e marcará indelevelmente a nossa vida e a dos nossos descendentes.



Por outro lado, cria-se que o Admirável Mundo Novo, mundo dos valores da paz e dos Direitos Humanos, saídos da 2.º Grande Guerra, proclamados e assinados por todas as nações na Carta da ONU, em 1948, seria atingível e vivenciado por todos, através da educação, para todo o sempre.

Na verdade, e na atualidade, vivem-se tempos de incerteza, de insegurança, de novas afirmações de nacionalismos xenófobos, de fechados de fronteiras, de proliferação de estados, de eclipses de organizações transnacionais, de terrorismo endémico e por isso de muito difícil combate, de desemprego, sobretudo de desemprego jovem estrutural, de violência descontrolada, de milhões de refugiados “perdidos” à procura de um futuro, de tráfico de armas, de um planeta em perigo devido ao aquecimento global e à superexploração de recursos - qual caixa de pandora que se abriu e lançou todos os males para o mundo e perturba, inquieta, indigna, verbera as consciências que pareciam estar adormecidas -, de democracias acossadas, desvitalizadas e apáticas, porque não são participadas pelos cidadãos. E logo, a sociedade que criou a escola, que a orienta e define, volta-se para ela de dedo em riste e acusa-a de não fazer o seu trabalho: educar a sociedade. E, assim, fundamenta-se a necessidade da Educação Cívica pelo lado negativo. Então, não foi a ela que a sociedade delegou a responsabilidade por educar

cidadãos críticos, responsáveis, com sentido de justiça, dotados de capacidades para de forma autónoma construir uma sociedade melhor?

Mas a escola é uma criação da sociedade, os seus alunos os seus profissionais adultos são da sociedade, com os mesmos problemas, aspirações e virtudes que vivem fora da escola. Ela não é um santuário desligado da vida. Temos de ter a noção de que ela é muito poderosa, pode e deve transformar a vida das pessoas. Mas não pode tudo, nem é responsável por tudo. Na verdade, o envolvimento da Escola na educação para a cidadania, embora pareça uma questão consensual na sociedade portuguesa, está muito longe de corresponder à realidade. E, se hoje existe alguma unanimidade em torno da importância da educação para a cidadania e do reconhecimento da Escola como lugar privilegiado para o desenvolvimento de um cidadania participativa e crítica, mobilizadora de uma sociedade mais justa e fraterna, ela, própria, tem sofrido demasiadas alterações, desde 1986 (Lei de Bases do Sistema Educativo) até aos dias de hoje, um pouco ao sabor das ideologias que vão ocupando o poder

Uma das alterações mais recentes e substantivas ocorreu em 2012, com a aplicação do Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, que eliminou as áreas curriculares não disciplinares do ensino básico: a Área de Projeto, o Estudo Acompanhado e a Educação Cívica.

As escolas da Região Autónoma da Madeira sinalizaram isso como um fator negativo, por várias razões: retirava do currículo um conjunto de espaços pedagógicos não disciplinarizados que permitiam algumas experiências mais práticas, de vivências sociais e cívicas, propiciadoras de espírito crítico e de vivência democrática, como eram as da Área de Projeto e Formação Cívica; eliminava um espaço pedagógico de extrema importância na área do aprender a aprender, como era o Estudo Acompanhado para os alunos do ensino básico e sumia o espaço privilegiado da convivência escolar, dimensão de importância crucial para a organização escolar, e sobretudo para os alunos, como era aquele que reunia semanalmente o diretor de turma e os seus alunos, o espaço da Formação Cívica.

A Secretaria Regional de Educação criou, então, no currículo dos alunos um espaço pedagógico, alicerçado num Documento Orientador da Formação Pessoal e Social, que possibilitou às escolas desenvolver a educação para a sociedade, a educação para a segurança, a educação sexual e os afetos, a educação cívica, a educação para a saúde e que integrou nesta Formação Pessoal e Social a promoção do sucesso educativo, tão importante para o desenvolvimento de cada cidadão no presente e no futuro.

A Formação Pessoal e Social fundamenta-se nas necessidades de possibilitar aos alunos novas

práticas, para além da mera transmissão de conhecimentos e tem preocupações de justiça, que vai para além da justiça liberal de igualdade de oportunidades, pois coloca o foco para a igualdade de necessidades.

Preconiza uma formação humanista e um ética cosmopolita, atenta aos fenómenos da globalização, da diversidade cultural e de povos, que prepara a criança e o jovem para intervirem continuamente no mundo, *“em clara mutação, onde se assiste ao emergir de conceitos como o racismo e o nacionalismo xenófobo que obrigam a escola, por um lado a inventar novas fórmulas de combate a ideias e valores que se julgavam há muito erradicadas da sociedade e, por outro, a definir práticas orientadas no sentido da tolerância multirracial e multicultural”*, para a realização de uma justiça mundial.

Esta intervenção não se pretende que seja adiada para o futuro, numa conceção de que cada aluno é uma pessoa no presente e não um adulto adiado.

Manifesta de forma clara a preocupação com o sucesso escolar do aluno, ao clarificar que o caminho mais direto para a exclusão social se constrói na escola, quando esta não consegue realizar-se: possibilitar que o aluno aprenda e que possa abrir o seu futuro. Perrenoud (2005, p. 11-12) di-lo com clareza, ao afirmar que a escola da cidadania apenas se realiza quando possibilitar a cada um:

*“construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade; muitos alunos saem da escola desprovidos de meios intelectuais para se informar, para formar uma opinião, para defender um ponto de vista através da argumentação [e também] [utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro. Nada mais simples, aparentemente, pois a vocação dos saberes disciplinares é tornar o mundo inteligível e, assim, ajudar a dominá-lo pela inteligência, não pela violência”*.

Fundamenta-se, legalmente, na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro), colocando a necessidade de a escola, para além de desempenhar as suas funções de socializar e instruir, chamar a si as tarefas relacionadas com o contexto formativo, contribuindo para *“o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho (art.º 2.º da LBSE)”*.

E, também, no artigo 47.º, pois ao invocar as linhas do desenvolvimento curricular, preconiza a relevância de promover *“uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e*



motor, cognitivo, afetivo, estético, social e moral dos alunos”. Define, inequivocamente, que “os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de Formação Pessoal e Social que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito”.

Aponta para um perfil de docência específico que exceda as capacidades científicas da formação inicial dos professores, traçado, nos seguintes termos, pelo Despacho 171/ME/93, de 07.08:

*“o desenvolvimento de um perfil da docência assente em valores e princípios deontológicos, congruente com a capacidade de promover a formação humana do aluno”, bem como “estimular a prática pedagógica que suscite a reflexão, o desenvolvimento da investigação e a inovação educacional”.*



O Documento Orientador inspira-se nos referenciais teóricos propostos por Audigier (2000, p. 23), que entende que a educação para a cidadania deve desenvolver três tipos de competências: cognitivas – sobre aspetos políticos e jurídicos, as questões do mundo atual, os processos, e os princípios e valores dos direitos humanos e da cidadania democrática; éticas e da escolha de valores; e de ação ou sociais – na comunidade, na resolução de problemas, no debate público.

Na verdade, estas competências são fulcrais numa prática pedagógica participativa - saber, valorizar e agir -, uma vez que toda a ação cívica supõe a conjugação de conhecimentos, valores e ações, para uma participação refletida e empenhada.

Preconiza a metodologia de Projetos e propõe que estes emirjam da vontade dos alunos e que as várias experiências de aprendizagem resultem da vontade e da participação ativa e efetiva dos alunos, que sejam “projetos dos alunos”, verdadeiros espaços de reflexão, de debate e vivência pessoal e social que rompam os muros da escola e continuem nos espaços de vida comunitária, através de atividades

práticas coletivas que possibilitem a problematização, mas também a transformação e a mudança de pensamentos, hábitos e práticas sociais. O aluno aprende a intervir criticamente na sociedade quando:

- Nos projetos de educação cívica, escolhe, democraticamente, os “seus” temas, com os outros alunos
- numa primeira fase, na própria escola, e numa segunda fase com representantes de todas as escolas -, reflete, debate e delibera, num verdadeiro exercício de democracia participativa;
- Na organização democrática da escola, na discussão de regras/ regulamentos e outras decisões importantes na turma e na escola, através da participação direta ou através da eleição para delegados e subdelegados de turma e demais representantes nos órgãos da comunidade escolar, desempenhando tarefas e assumindo responsabilidades. A escola é um contexto de relações e interações sociais muito privilegiadas para a aprendizagem da cidadania;
- Nos projetos de educação ambiental, pesquisa, reflete e participa em atividades concretas, que lhe permitem adquirir conhecimentos e competências,

modificar comportamentos que melhorem o ambiente escolar e comunitário, contribuindo para que as alterações locais se repercutam numa escala mais global e para que se eduque para a preservação da diversidade ecossistémica;

- Nos projetos de educação para a segurança, o aluno aprende a criar ambientes seguros na casa onde vive, no espaço rodoviário, no espaço escolar, a saber conviver com os riscos naturais e provocados (a Madeira é atreita a deslizamentos naturais e aluviões), a aprender e a defender hábitos de higiene e segurança alimentar, a aprender a fazer escolhas sustentáveis de consumo;

- Nos projetos de conteúdos regionais, conhece o meio em que vive, o seu contexto histórico, cultural, linguístico e literário, a sua paisagem animal, vegetal e geológica, o seu património musical ou o seu património marítimo, através do recurso a experiências ricas de aprendizagem, como sejam as visitas de estudo;

- Nos projetos de cidadania íntima (educação sexual e afetos e prevenção das toxicodependências), o aluno aprende, através do debate, metodologia “obrigatória”, a tomar atitudes assertivas que lhe possibilitem fazer escolhas conscientes para a sua vida e com reflexos positivos para a sociedade;

- No projeto de convivência escolar - Carta da Convivialidade Escolar -, projeto que envolveu (e envolve) a participação direta dos alunos de todas as escolas públicas, na sua elaboração e acompanhamento, através da metodologia de *focus-group*, em que o aluno aprende, em interação com os outros, a discutir e a construir ambientes escolares disciplinados e respeitadores dos valores que favorecem a convivência dos diversos atores educativos, pelo respeito para com o outro, na sua diversidade e diferença e, concomitantemente, favoráveis a um bom clima de aprendizagem;

- Nos projetos de promoção do sucesso escolar, o aluno, sobretudo o mais necessitado, dispõe de outros meios (projetos, professores e crédito horário) que lhe possibilitam a continuidade do seu percurso escolar, que lhe permitem adquirir os conhecimentos e competências básicas para a compreensão do mundo e que deixem em aberto a possibilidade de vir a ter um futuro com qualidade e dignidade na sua individualidade, no mundo profissional e que a sociedade possa “enriquecer-se” no caminho do progresso, com pessoas que sejam moral, cultural e cientificamente bem preparadas.



### A Formação Pessoal e Social visa desenvolver as seguintes Competências gerais:

Esta área pressupõe a realização de atividades em que o aluno é capaz de:

- Expressar opiniões e sentimentos pessoais; comunicar acerca de temas relacionados com a consciência social e a cidadania; prestar atenção a situações e problemas manifestando envolvimento e curiosidade; saber estar consigo e gostar de si como ser em desenvolvimento; reconhecer-se na sua dignidade como ser único e singular, capaz de fazer opções assertivas e de assumir a responsabilidade dos seus atos; atuar de modo assertivo e eficaz nas interações sociais que estabelece com pares e adultos; adequar o seu comportamento a diferentes situações vivenciais; fundamentar a priorização dos valores e dar razões das escolhas pessoais; valorizar a cooperação e agir na sociedade de forma criativa, fraterna e solidária; adotar uma atitude crítica face a opiniões divergentes; reconhecer e promover o valor do património histórico, ecológico, cultural e humano.

Os projetos de Formação Pessoal e Social são possibilitados a todas as escolas públicas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e facultativos para os alunos. A todas as escolas são disponibilizados professores, num quadro de alguma estabilidade, para os operacionalizarem e a todos é possibilitada, anualmente, formação específica.

As matrículas dos alunos nesta área também indicam uma adesão muito significativa. Porém, a Formação Pessoal e Social, se não surgir contextualizada em escolas reflexivas, eivadas de modelos organizativos e de experiências de aprendizagem, corre o risco de surgir isolada entre um “currículo único e pronto a vestir”, e parecer um corpo estranho aí colocado à força. E, se assim acontecer, levanta as eternas questões. É necessária? Para quê? Serve a quem? É uma doutrina sem religião? Não poderá ser o catecismo dos regimes democráticos? Não é uma perda de tempo e de dinheiro?

São também estas as reflexões que Perrenoud (2005) nos traz, sobre a Educação Cívica nas escolas, ao alancandorá-la - diríamos - a porta-voz dos “indignados globais”, pois como nos diz o autor (ibidem: p.9)

*Quem não desejaria que a escola fosse a redentora dos pecados da sociedade? É preciso lembrar, no entanto, que a escola está na sociedade, é fruto dela, é de onde extrai os seus recursos. A sua “autonomia relativa” não a torna um santuário à margem do mundo, nem um superego. Não se pode exigir que ela preserve ou inculque valores que uma parte da sociedade vilipendia ou só respeita da boca para fora.*

É indubitável que o sistema educacional deve situar-se do lado da cidadania e da comunidade, e não do cinismo e do individualismo, e trabalhar para desenvolver uma identidade e competências cidadãs. Mas, não podemos exigir que o faça, além de tudo, sem renunciar a nada, até porque se não tivermos em conta os limites da educação e as demasiadas expectativas que se exigem ao sistema de educação “o hino à cidadania mediante a escolarização é uma dupla hipocrisia, um discurso vazio, uma forma ilusória de se livrar do problema real do vínculo social e do respeito às regras da vida em comunidade”, como nos alerta o autor (2005, p. 9).





E a escola não pode tudo. Ela precisa de ser apoiada por outros setores, de forma plausível e coordenada: emprego, imigração, urbanismo, segurança, divisão das riquezas, acesso à saúde, segurança, estatuto das minorias, sistema judiciário e penal, etc..

O autor adianta-nos que não bastaria substituir a instrução por uma educação moral invasiva, nomeando-a de “educação para a cidadania” para ser moderna.

É preciso agir em pelo menos três registos (*ibidem*, p. 11-12)

1 - *“Permitir a cada um construir os conhecimentos e as competências necessárias para fazer frente à complexidade do mundo e da sociedade; muitos alunos saem da escola desprovidos de meios intelectuais para se informar, para formar uma opinião, para defender um ponto de vista através da argumentação”.*

2 - *“Utilizar os saberes para desenvolver a razão, o respeito à maneira de ser e à opinião do outro”.*

3 - *“Consagrar tempo, meios, competências e inventividade didática em um trabalho mais intensivo e continuado sobre os valores, as representações e os conhecimentos que toda democracia, todo contrato social pressupõe”.*

É preciso ficarmos cientes de que, como observa Perrenoud (*ibidem*, p. 12), o problema das contribuições do sistema educacional à democracia não será resolvido com a introdução na carga horária de uma ou duas horas semanais de educação para a cidadania, pois nenhum avanço essencial ocorrerá se essa preocupação não for inserida no cerne das disciplinas, de todas as disciplinas.

A escola pode aproveitar esta oportunidade histórica, que esta inquietação quanto à cidadania oferece, para reforçar a democratização do acesso aos saberes e de levar a sério as intuições fundadoras da escola ativa e das pedagogias participativas. É preciso, ainda, desenvolver na escola uma pedagogia e ética crítica. Ela não pode continuar a ser um reduto de ambiguidades, de discursos e práticas distorcidas.

A prática é que deve ajuizar o discurso. A democracia, a solidariedade, o respeito para com todos, sobretudo os mais fragilizados, o debate livre e aberto, a conversa cordata, a participação não corrompida não se teorizam, afirmam-se pelas ações.

Existem, ainda, outras questões que se levantam. O tempo disponibilizado é suficiente para as exigências que a sociedade hoje coloca à escola para educar os alunos para e pela cidadania? Não deveria haver uma disciplina específica de Educação para a Cidadania ou Formação Pessoal e Social? Os professores não deveriam ser recrutados de grupos disciplinares específicos? A formação contínua de professores que se faz na Região Autónoma da Madeira é adequada e suficiente? Faz sentido que no mundo atual em que se apela à competitividade e à eficácia se “perca tempo” com os assuntos de cidadania? A escola está a cumprir o seu papel de formar cidadãos para um mundo melhor? Ou pelo contrário, tem aqui um fracasso rotundo, pois o mundo parece estar cada vez pior?

Também não faz sentido criar uma ou duas horas de “catecismo cidadão”, se em todas as outras disciplinas “apenas” se faz transmissão de conteúdos, se classifica para selecionar, se avalia o que o aluno não conhece, se as experiências escolares não consideram a participação do aluno, ou porque não é julgado responsável, ou porque é imaturo.

Entramos no caminho dos zigzagues: ora pretendemos o máximo rendimento dos alunos, ao exigir-se-lhes o conhecimento de todos os conteúdos disciplinares, verdadeiras enciclopédias temáticas, disponibilizados pelos professores em “doses semanais”, medidos em testes de memória; ora consideramos que os alunos devem pensar e agir de forma crítica, mobilizando competências e valores de verdadeira cidadania democrática participativa.

Também a escola, tal como a sociedade, não pode dizer uma coisa e fazer outra: ensinar de forma passiva e pretender alunos e cidadãos ativos.

A escola só poderá ensinar-se se, nas suas disciplinas, em salas de aulas, as práticas forem entusiasmantes e desafiantes, não excluírem, mas derem confiança aos mais necessitados; se criarem órgãos em que a participação dos atores escolares seja uma prática permanente e não se esgotar nos processos eleitorais; se a cooptação for substituída pela participação direta e com bases alargadas; se os projetos educativos, os regulamentos internos e os planos anuais de escola emergirem dos contributos participativos de todos os atores implicados na educação; se as questões pedagógicas se sobrepuserem às administrativas; se a escola for o palco da realização pessoal no presente e do futuro de cada jovem.

### Conclusão

Apesar de todas as inquietações e ambiguidades que suscitamos, entendemos que a transformação, a emancipação de cada criança e jovem continuam a colocar este desafio permanente à escola, que é o de realizar-se, e ao fazê-lo, realizar a sociedade, realizando cada pessoa. A cidadania está em questão, aliás, desde os alvares da Grécia Antiga, sempre esteve. A democracia, “o melhor dos piores regimes” parece cansada e, então a escola também está cansada porque a escola é a própria democracia. E para a revitalizar, para a transformar numa “democracia de alta intensidade” é preciso chamar os que dela parecem estar mais desconfiados, mais descrentes, os desempregados, os pobres aqueles que vivem, como afirma Santos (2003), “o colapso das expectativas”.

É uma constatação por demais evidente que a participação é uma prática constante do ser humano a partir do nascimento, que o conduz no processo incessante da sua humanização, através da interação da sua subjetividade com as outras intersubjetividades socializadoras. Também está provado que a criança tem uma propensão “natural” para a participação e que esta adquire um valor afetivo que a leva a empenhar-se fortemente nas atividades em que participa e a desmotivar-se quando a excluem, quando lhe impõem a não participação.

Porém, logo que entra na escola, a criança é educada para o silêncio, para a inatividade, para a melancolia, para a obediência, para estar sentada horas a fio, dia após dia, ano após ano. Nóvoa (1987, p. 431), a partir da obra de Ferrière, um dos educadores da “escola nova”, conta-nos esta história deliciosa:

*“um belo dia deu o diabo uma saltada à terra e, não contente com a sua obra, decidiu criar a escola: “A criança adora a natureza: encerraram-na dentro de casas. A criança gosta de brincar: obrigam-na a trabalhar. Pretende saber se a sua atividade serve para alguma coisa: fez-se com que a sua atividade não tivesse nenhum fim. Gosta de mexer-se: condenam-na à imobilidade. Gosta de palpar objetos: ei-la em contacto com ideias”. Não tardou que o regime desse frutos. A criança aprendeu a adaptar-se a estas condições artificiais. Dir-se-ia por um instante que a escola levava a melhor. O diabo julgava-se vitorioso. Foi então que, de repente, se viu a pequenada fugir para os bosques, trepar as árvores, correr à aventura e até fazer caretas ao diabo. Este rangeu os dentes, ameaçou com o punho e eclipsou-se: “E com ele desapareceu a escola que tão sabiamente imaginara.” E Ferrière concluiu desafiando os leitores a acabarem com estas “gaiolas à moda antiga” e a construírem “escolas novas”*

Assim, deixaríamos a seguinte advertência: Se escola não parar para refletir, para inovar para algo que realize as pessoas, os próprios

projetos de Formação Pessoal e Social correrão o risco de se disciplinarizar e entrar na rotina dos professores e alunos como uma disciplina igual às outras. É preciso fazer diferente, com professores que pensem e façam diferente.

Porque, se o não fizermos, correremos o risco de estar a entrar em mais uma zona cinzenta de ambiguidades e a Formação Pessoal e Social limitar-se-á ou tenderá a limitar-se a uma ou duas horas semanais de “catecismo cidadão”, uma caminhada em ziguezague, por entre os pingos da chuva.

### Bibliografia

F. Audigier, F. (2000). «Compétences clés» in Concepts



de base et compétences-clés pour l'éducation à la citoyenneté démocratique , Conseil De L'Europe, p.23.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.

Despacho 171/ME/93, de 07 de agosto - Aprova o modelo de formação de docentes para a disciplina de desenvolvimento pessoal e social.

Estêvão, C. (2004). Educação, justiça e democracia. São Paulo: Cortez.

Estêvão, C. (2013). Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos, educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, pp. 28-34, jan./abr.

Ferrière, A. (1928). Transformemos a escola. Paris: Truchy-Leroy, pp. 11- 16.

Le Goff, J. (1983). Os Intelectuais na Idade Média. Lisboa: Gradiva (col. Construir o Passado, n.º 3), traduzido por Margarida Sérvulo Correia. Les Intelectuels au Moyen Âge. Paris: Seuil.

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.

Nóvoa, A. (1987). Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário - Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX), *Análise Psicológica*, 3 (V), pp. 413-440. Perrenoud, P. (2005). Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia. (traduzido por Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed.

Santos, B. (2003). Globalizacion y democracia, in J. Rodriguez (org.). *El Presupuesto Participativo: Defendiendo lo público y construyendo ciudadanía. La experiencia del departamento de Risaralda*, Universidad Tecnológica da Pereira, pp. 121-135.

Savater, F. (2006). O valor de educar. Lisboa: Publicações Dom Quixote

## Sugestão de leitura

# Da construção do sucesso escolar

## Uma visão integrada

Coordenação de Ilídia Cabral  
e de José Matias Alves



“Esta publicação nasce de um compromisso de servir as escolas e os professores a verem e a compreenderem as possibilidades de uma gestão estratégica que elege o sucesso de todos como prisma central da ação educativa. E fá-lo porque sabe que muitos professores andam perdidos pelas escolas: perdidos entre a sua vontade de educar, de emancipar, de libertar e a asfixia de um

cumprimento (por vezes cego) de programas enciclopédicos, vazios e inúteis; perdidos entre uma obrigação de presença meramente funcional e a obrigação de um serviço que tem de fazer dos seus alunos autores de futuro; perdidos entre lideranças ora inspiradoras e mobilizadoras, ora tóxicas. Perdidos num desalento, numa mágoa, num abandono que temos de ajudar a dissipar.

E é possível essa dissipação? É possível que um livro tenha esse poder transformador de mudar crenças, culturas, disposições pessoais e profissionais? Políticas, ambientes, climas e lideranças escolares?”

in <https://www.fmleao.pt/lugar-de-felicidade/>